

As tintas da soberania

*Divida
Externa*

O Brasil está buscando de forma sensata e responsável criar os seus próprios caminhos com vistas à formulação de entendimentos autônomos para negociar a rolagem de sua dívida externa.

Sem apelar para exteriorizações estéreis que a nada conduzem, as autoridades, sem prejuízo da firmeza, da independência e de exigências irretratáveis de respeito à soberania nacional, agem com prudência, tendo como credenciais básicas o desejo de selar compromissos confirmados o propósito de pagar o devido e a firmeza nos ajustes.

A recusa formal dos termos da VII Carta de Intenções, mandada arquivar pelo Fundo Monetário Internacional por força de seu irrealismo, deferiu à Nova República a incumbência de subscrever o novo documento com a finalidade de obter o aceite do FMI para os novos compromissos.

O Fundo mantém com irrepreensível correção os seus padrões de arbitragem e de avalista das grandes contas internacionais que regem o endividamento mundial, hoje ultrapassando a casa do trilhão de dólares. Por essas exigências são lentos os diversos estágios das negociações. São responsabilidades vinculadas a interesses que se solidarizam, inclusive, com a própria estabilidade do mundo capitalista. Ali não tem cabimento as posições de conveniência, nem falsas altissonâncias retóricas.

O Brasil, por ser o detentor de uma das maiores carteiras de empréstimos na comunidade financeira internacional, não pode dar-

se a posicionamentos fora das regras do jogo. Esta circunstância não funciona em qualquer sentido de ampliar ou minorar dificuldades. Apenas os padrões devem ser mantidos — e são prevalecentes em todas as escalas onde estão inseridas as nações devedoras.

Ainda agora o Brasil acaba de se dirigir ao Diretor-Gerente do FMI, solicitando sua interferência para colaborar na superação dos problemas que possam surgir com a dilatação dos prazos de negociação entre o Brasil e aquela agência. E que os bancos internacionais necessitam de uma documentação de apoio que consolide o tempo de espera. O Fundo está sendo instado a dirigir-se por telex a todos os bancos credores comunicando formalmente o prosseguimento do exame da proposta brasileira. Essa providência se faz inadiável tendo em vista o esgotamento do prazo do acordo temporário, no final de agosto, para a rolagem da dívida.

Os resultados dessa providência abrirão os espaços para o presidente do Banco Central do Brasil agir junto ao Comitê de Assessoramento e pedir a terceira prorrogação desses ajustes que permitirão manter suspensa a amortização da dívida do País, ao mesmo tempo em que assegurarão a manutenção do crédito de US\$ 16 bilhões para saques a curto prazo.

Os setecentos bancos que integram a comunidade financiadora do Brasil somente se disporão a anuir nas dilações solicitadas, diante de provas documentais de que a dívida está com seus pressupostos de rolagem devidamente

provados e com assistência do FMI. Afinal eles são responsáveis diante de seus acionistas pelo gerenciamento correto dos bens que lhes são confiados. E por entendimento universal o fundo é o fiador dos acordos e o grande sustentador dos compromissos assumidos para garantí-los.

O pleito de agora junto ao Sr. Jacques de Larosière é no sentido da subscrição de uma mensagem telegráfica sucinta, dando conta de que estão sob assistência direta as negociações, sem menção às divergências eventuais que decorrem das exigências de ajustes, com os quais as autoridades deste País não concordam. Embora seja do conhecimento geral a evolução dos entendimentos, não é menos verdade que a Nova República busca alternativas para contrapor a certas imposições.

Se os bancos necessitam de uma palavra de conforto para auxiliá-los nesse compasso de espera, também o Brasil não pode expor-se a pressões que passam a ser descabidas na exata medida em que não coincidem com os propósitos nacionais de sustentar a soberania brasileira e desbordar qualquer aperto no plano social que se projete nos quadros sociais do País, desde que a Nação pretende afastar, de vez, os sacrifícios e os sofrimentos impostos por uma recessão, hoje tese superada e arquivada nos projetos brasileiros.

O Brasil vai saldar sua conta com caneta verde-amarela, autêntica marca não apenas da Nova República mas por igual do brio brasileiro.